

EVANDRO ORTEGA
LEONARDO VIEIRA

MANUAL DE
DIREITO E
PROCESSO
TRIBUTÁRIO

2ª edição

2022



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Diagramação: SBNigri Artes e Textos Ltda. (sbnigri@centroin.com.br)

O77m Ortega, Evandro.
Manual de Direito e Processo Tributário / Evandro Ortega, Leonardo Vieira – São Paulo:
Editora Juspodivm, 2022.
912 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3813-4.

1. Direito Tributário. I. Ortega, Evandro. II. Vieira, Leonardo. III. Título.

121/131

CDD 341.39

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

SEÇÃO I - TEORIA GERAL DOS TRIBUTOS

Capítulo I - TRIBUTOS EM GERAL	31
COMO ESTUDAR DIREITO TRIBUTÁRIO.....	31
1. DIREITO TRIBUTÁRIO	36
1.1. Introdução: O Direito Tributário como ramo Autônomo do Direito..	36
1.1.1. Atividade Financeira do Estado.....	36
1.1.2. Receita Pública.....	37
1.1.3. Receitas Originárias e Derivadas.....	37
1.1.4. Direito Tributário	38
1.2. Conceito de Tributo	40
1.2.1. Pagamento em dinheiro, com algumas ressalvas.....	41
1.2.2. Compulsoriedade: o dever de pagar tributos não representa faculdade do contribuinte	43
1.2.3. Caráter não punitivo: o tributo não representa sanção, o que não afasta a existência de multas tributárias.....	44
1.2.3.1. Progressividade sancionatória	46
1.2.4. A necessária previsão em lei para instituição de tributo.....	47
1.2.5. Cobrança vinculada: não há discricionariedade do agente público na exigência dos tributos.....	48
1.3. Classificação dos Tributos.....	49
1.3.1. Quanto ao Exercício da Competência Tributária: Privativos, Comuns e Residuais	49
1.3.2. Quanto à Competência para Instituição: Federais, Estaduais, Municipais e Distritais	50
1.3.3. Quanto à Finalidade Predominante: Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais.....	50
1.3.4. Quanto à Atuação do Estado: Vinculados e não Vinculados	52
1.3.5. Quanto ao Destino da Arrecadação: Tributos de Arrecadação Vinculada e não Vinculada.....	53
1.3.6. Quanto ao Repasse do Ônus Financeiro: Diretos e Indiretos	54
1.3.7. Quanto à Hipótese de Incidência: Reais e Pessoais	56

1.3.8. Quanto à Progressividade: Progressivos, Proporcionais e Fixos	56
1.3.9. Quanto às Bases Econômicas de Incidência: Comércio Exterior, Patrimônio e Renda, Produção e Circulação e Extraordinários ou Especiais.....	58

Capítulo II - ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....63

COMO ESTUDAR AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....63

2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS64

2.1. Da Teoria Binária à Teoria Pentapartida: Quais as Espécies de Tributos?.....	64
2.1.1. Teoria Dualista, Bipartida ou Bipartite.....	65
2.1.2. Teoria Tripartida, Tricotômica ou Tripartite	65
2.1.3. Teoria Quadripartida, Tetrapartida ou Tetrapartite.....	66
2.1.4. Teoria Pentapartida ou Quinpartida	66
2.2. Natureza Jurídica dos Tributos	68
2.3. Espécies Tributárias	72
2.3.1. Empréstimos Compulsórios	72
2.3.2. Contribuições de Melhoria	76
2.3.2.1. Base de cálculo e limites individual e geral.....	79
2.3.3. Contribuições Especiais	82
2.3.3.1. Contribuições sociais.....	85
2.3.3.1.1. Contribuições de Seguridade Social.....	85
2.3.3.1.2. Outras Contribuições Sociais.....	86
2.3.3.1.3. Contribuições Sociais Gerais	87
2.3.3.2. Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	88
2.3.3.3. Contribuições corporativas.....	89
2.3.3.3.1. Contribuição Sindical.....	89
2.3.3.3.1.1. A contribuição sindical deixou de ser tributo após a reforma trabalhista?.....	90
2.3.3.3.2. Contribuições para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.....	92
2.3.3.4. Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP	93
2.3.4. Impostos.....	94
2.3.4.1. Instituição dos impostos	96
2.3.4.2. Os impostos e o princípio da não vinculação (ou não afetação).....	97
2.3.5. Taxas.....	98
2.3.5.1. Competência para instituição das taxas.....	99

2.3.5.2. Taxas pelo exercício do poder de polícia	101
2.3.5.3. Taxas pela execução de serviços públicos.....	102
2.3.5.3.1. As taxas e os serviços públicos rela- cionados à limpeza urbana	104
2.3.5.3.2. As taxas e os serviços relacionados à segurança pública	105
2.3.5.3.3. Outros julgados importantes do STF relativos às taxas	107
2.3.5.4. A base de cálculo das taxas.....	108
2.3.5.5. A alíquota das taxas.....	113
2.3.5.6. Diferenças entre taxa e tarifa ou preço público....	113
2.3.5.7. Resumo sistematizado das principais taxas e respectivos entendimentos jurisprudenciais.....	117

Capítulo III – FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....119

COMO ESTUDAR A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA	119
3. FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	121
3.1. Fato Gerador.....	121
3.1.1. Fato Gerador e Hipótese de Incidência.....	121
3.1.1.1. Características e critérios da hipótese de inci- dência.....	123
3.1.1.2. Subsunção tributária.....	125
3.1.2. A Interpretação Objetiva do Fato Gerador	125
3.1.3. Fato Gerador das Obrigações Principal e Acessória.....	127
3.1.3.1. Momento da ocorrência do fato gerador.....	128
3.1.3.1.1. Fato gerador definido com base em situações de fato	130
3.1.3.1.2. Fato gerador definido com base em situação jurídica	130
3.1.3.1.3. Fato gerador e as condições suspensi- vas	131
3.1.4. Desconsideração de Atos e Negócios Jurídicos Fraudu- lentos.....	133
3.1.4.1. Elisão, Evasão e Elusão Fiscal.....	133
3.1.4.2. Norma geral antielisão fiscal.....	135
3.1.5. Classificação do Fato Gerador.....	139
3.1.5.1. Fato gerador simples ou instantâneo.....	139
3.1.5.2. Fato gerador periódico simples ou contínuo	140
3.1.5.3. Fato gerador periódico composto ou complexo....	140
3.2. Obrigação Tributária	142
3.2.1. Obrigação Tributária Principal	142
3.2.2. Obrigação Tributária Acessória	143
3.2.3. Sujeitos da Obrigação Tributária	146

3.2.3.1.	Sujeito ativo.....	147
3.2.3.1.1.	Delegação da capacidade tributária ativa	147
3.2.3.1.2.	Sujeitos ativos diretos e indiretos.....	148
3.2.3.1.3.	Modificação superveniente do sujeito ativo em virtude de desmembramento territorial.....	151
3.2.3.2.	Sujeito passivo.....	151
3.2.3.2.1.	Inoponibilidade das convenções particulares à Fazenda Pública	153
3.2.3.2.2.	Solidariedade	155
3.2.3.2.3.	Capacidade tributária passiva.....	159
3.2.4.	Domicílio Tributário.....	160

Capítulo IV - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 163

COMO ESTUDAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	163
4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	164
4.1. Direito Tributário	164
4.1.1. Conceito, Objeto, Natureza e Finalidade.....	164
4.1.2. Fontes do Direito Tributário.....	165
4.2. Legislação Tributária: Conceito e Disposições Gerais.....	166
4.2.1. As Leis.....	168
4.2.1.1. Leis em sentido estrito, medidas provisórias, leis delegadas e decretos-lei	168
4.2.1.2. Resoluções do Senado Federal e decretos legislativos.....	169
4.2.2. Tratados e Convenções Internacionais	171
4.2.3. Os Decretos	174
4.2.4. As Normas Complementares.....	175
4.2.4.1. Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	175
4.2.4.2. Decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa	176
4.2.4.3. Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.....	176
4.2.4.4. Os convênios celebrados entre União, os Estados, Distrito Federal e Municípios	177
4.2.4.5. Observância das Normas Complementares.....	177
4.3. Vigência da Legislação Tributária.....	179
4.3.1. Noções Gerais.....	179
4.3.2. Vigência Temporal da Legislação Tributária.....	181
4.3.3. Vigência Espacial da Legislação Tributária.....	183

4.4.	Aplicação da Legislação Tributária	184
4.4.1.	Irretroatividade no CTN	185
4.4.2.	Casos em que a Legislação Tributária Poderá Retroagir	186
4.4.2.1.	Leis expressamente interpretativas.....	186
4.4.2.2.	Leis mais benéficas nos casos de infrações e penalidades.....	189
4.5.	Interpretação da Legislação Tributária	192
4.5.1.	Critérios de Interpretação.....	192
4.5.1.1.	Interpretação quanto à fonte.....	193
4.5.1.2.	Interpretação quanto aos efeitos.....	193
4.5.2.	Interpretação da Legislação Tributária no CTN.....	194
4.5.2.1.	Interpretação necessariamente literal	194
4.5.2.2.	Interpretação benigna em matéria de infrações....	196
4.5.2.3.	Princípios gerais de direito privado.....	197
4.5.2.4.	Institutos, conceitos e formas de direito privado..	198
4.6.	Integração da Legislação Tributária	200

Capítulo V – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR - PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS205

COMO ESTUDAR OS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	205
5. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	207
5.1. Princípios Tributários	207
5.1.1. Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal.....	210
5.1.1.1. Exceções ao Princípio da Legalidade.....	215
5.1.1.2. Legalidade e os decretos regulamentares.....	218
5.1.1.3. Legalidade, Medidas Provisórias e Leis Delegadas	221
5.1.1.4. Benefício fiscal e princípio da legalidade	222
5.1.1.5. Correção monetária e princípio da legalidade.....	224
5.1.2. Princípio da Isonomia.....	225
5.1.3. Princípio da Capacidade Contributiva.....	230
5.1.3.1. Princípio da capacidade contributiva e sigilo bancário.....	232
5.1.4. (Macro)Princípio da Não Surpresa	234
5.1.4.1. Princípio da irretroatividade	234
5.1.4.1.1. A irretroatividade e os fatos geradores complexivos.....	235
5.1.4.2. Princípio da anterioridade anual	239
5.1.4.2.1. Anterioridade e redução de benefício fiscal.....	241
5.1.4.2.2. Exceções ao princípio da anterioridade anual	245

5.1.4.2.3.	Anterioridade anual e Medidas Provisórias.....	247
5.1.4.3.	Princípio da anterioridade nonagesimal (ou noventena).....	248
5.1.4.3.1.	Exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal	250
5.1.4.3.2.	Noventena e medidas provisórias	252
5.1.5.	Princípio do Não Confisco ou da Razoabilidade na Tributação.....	253
5.1.5.1.	Não confisco e a vedação às sanções políticas.....	257
5.1.6.	Princípio da Não Limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens.....	259
5.1.7.	(Macro)Princípio da Preservação do Pacto Federativo.....	261
5.1.7.1.	Princípio da uniformidade da tributação no território nacional.....	261
5.1.7.2.	Princípio da uniformidade da tributação da renda	262
5.1.7.3.	Princípio da vedação às isenções heterônomas.....	263
5.1.8.	Princípio da Não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino.....	266
5.1.9.	Princípio da Transparência Tributária.....	267

Capítulo VI – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.....269

COMO ESTUDAR AS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	269
6. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	270
6.1. Conceito.....	270
6.2. Distinções Necessárias	272
6.2.1. Imunidade, não incidência, isenção, alíquota zero e remissão: conteúdos jurídicos distintos e efeitos práticos semelhantes.....	272
6.2.2. Imunidades e isenções.....	274
6.2.3. Imunidades e obrigações acessórias	276
6.3. Que Espécie Legislativa pode prever os Requisitos para Gozo ou Fruição de uma Imunidade Tributária?.....	277
6.4. Classificações das Imunidades.....	278
6.4.1. Imunidades subjetivas, objetivas ou mistas.....	278
6.4.1.1. Imunidades subjetivas e os contribuintes de fato	279
6.4.2. Imunidades ontológicas e políticas.....	280
6.4.3. Imunidades explícitas e implícitas.....	281
6.4.4. Imunidades condicionadas e incondicionadas.....	281
6.4.5. Imunidades gerais e específicas	282
6.5. Espécies de Imunidades Tributárias.....	282
6.5.1. Imunidade tributária recíproca.....	283
6.5.1.1. Autarquias e fundações públicas	285

6.5.1.2.	Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	287
6.5.1.2.1.	Imunidade recíproca e os Correios.....	290
6.5.1.3.	Promitente comprador.....	292
6.5.1.4.	Imunidade recíproca e os tributos indiretos	293
6.5.1.5.	Arrendamento, cessão de uso de bem público e sucessão	293
6.5.1.6.	Outras decisões do STF sobre a imunidade tributária recíproca.....	296
6.5.2.	Imunidade religiosa.....	298
6.5.3.	Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos	302
6.5.3.1.	Requisitos legais para o reconhecimento da imunidade das instituições de educação e de assistência social	304
6.5.3.1.1.	A exigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.....	305
6.5.3.2.	Imunidade e as entidades de previdência social ...	306
6.5.3.3.	Outras decisões sobre a imunidade das instituições de educação e de assistência social	308
6.5.4.	Imunidade cultural	310
6.5.4.1.	Imunidade e os materiais utilizados na confecção dos livros, jornais e periódicos.....	312
6.5.4.2.	Imunidade e os serviços correlatos aos livros, jornais e periódicos	314
6.5.4.3.	Imunidade dos livros eletrônicos (e-books).....	314
6.5.5.	Imunidade musical	316
6.5.6.	Outras imunidades.....	317

Capítulo VII – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....321

COMO ESTUDAR A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	321
7. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	323
7.1. Responsabilidade por Substituição e por Transferência.....	325
7.2. Responsabilidade Pessoal, Solidária e Subsidiária.....	327
7.3. Responsabilidade Por Substituição	329
7.3.1. Substituição tributária regressiva	329
7.3.2. Substituição tributária progressiva.....	330
7.3.2.1. A constitucionalidade da substituição tributária progressiva.....	332
7.3.2.2. A possibilidade de restituição	335
7.2.2.2.1. Diferença entre a base de cálculo presumida e a efetiva.....	335

7.4.	Responsabilidade por Transferência	338
7.4.1.	Responsabilidade por solidariedade.....	339
7.4.2.	Responsabilidade por sucessão	341
7.4.2.1.	Responsabilidade na transmissão de bens imóveis... 342	
7.4.2.1.1.	Sub-rogação pessoal.....	344
7.4.2.1.2.	Exceções em relação à regra da responsabilidade tributária do adquirente de bem imóvel	345
7.4.2.2.	Responsabilidade na transmissão de bens móveis	348
7.4.2.3.	Responsabilidade na sucessão causa mortis	350
7.4.2.4.	Responsabilidade na sucessão empresarial	354
7.4.2.4.1.	Abrangência da responsabilidade na sucessão empresarial.....	354
7.4.2.4.2.	Responsabilidade tributária e alterações societárias.....	355
7.4.2.4.3.	Responsabilidade do sócio remanescente nos casos continuação da atividade após extinção da sociedade	358
7.4.2.4.4.	Responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional.....	358
7.4.2.4.5.	Exceções à responsabilidade na sucessão empresarial	361
7.4.3.	Responsabilidade de terceiros.....	363
7.4.3.1.	Responsabilidade de terceiros por atuação regular.....	364
7.4.3.1.1.	Hipóteses de responsabilidade de terceiros com atuação regular	366
7.4.3.2.	Responsabilidade de terceiros por atuação irregular.....	367
7.4.3.2.1.	A responsabilidade pessoal e o entendimento do STJ.....	368
7.4.3.2.2.	A responsabilidade dos administradores das pessoas jurídicas de direito privado	368
7.5.	Responsabilidade por Infrações.....	372
7.5.1.	Responsabilidade pessoal do agente.....	373
7.5.2.	Denúncia espontânea	375
7.5.2.1.	Denúncia espontânea, parcelamento e depósito do montante integral	377
7.5.2.2.	Denúncia espontânea e obrigações acessórias.....	377
7.5.2.3.	Denúncia espontânea e os tributos sujeitos a lançamento por homologação.....	378

Capítulo VIII – LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	381
COMO ESTUDAR O LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	381
8. LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	382
8.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	382
8.1.1. Lançamento tributário: procedimento ou ato?.....	384
8.1.2. Natureza jurídica do lançamento tributário.....	384
8.1.3. Consumação do lançamento tributário.....	386
8.1.4. Autonomia da obrigação tributária ante o crédito tributário.....	386
8.2. Competência para o Lançamento.....	387
8.3. Legislação aplicável ao Lançamento.....	388
8.3.1. Impostos lançados por períodos certos de tempo.....	391
8.3.2. Taxa de câmbio aplicável ao lançamento.....	391
8.4. Alteração do Lançamento.....	392
8.4.1. Impugnação do sujeito passivo.....	392
8.4.2. Recurso de ofício (ou remessa necessária) e recurso voluntário.....	393
8.4.3. Iniciativa de ofício da autoridade administrativa.....	393
8.4.4. Erro de direito e erro de fato.....	394
8.5. Modalidades de Lançamento.....	395
8.5.1. Lançamento de ofício ou direto.....	396
8.5.2. Lançamento por declaração ou misto.....	398
8.5.3. Lançamento por homologação ou “autolancamento”.....	400
8.5.3.1. Atos praticados pelo sujeito passivo após o fato gerador.....	401
8.5.3.2. Homologação expressa ou tácita.....	402
8.5.4. A técnica do arbitramento.....	403
Capítulo IX – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	407
COMO ESTUDAR EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	407
9. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	408
9.1. Isenção.....	409
9.2. Anistia.....	414
9.3. Quadro comparativo entre isenção e anistia.....	415
Capítulo X – SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	417
COMO ESTUDAR SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	417
10. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	418
10.1. Moratória.....	420
10.1.1. Créditos abrangidos pela moratória.....	423

10.1.2. Requisitos para concessão da moratória e moratória parcelada (diferenciação em relação ao parcelamento).....	424
10.2. Parcelamento.....	426
10.2.1. Parcelamento de devedores em recuperação judicial.....	428
10.3. Reclamações e Recursos no Âmbito do Processo Administrativo Fiscal	429
10.4. Liminar em Mandado de Segurança e Liminar ou Tutela Antecipada em outras Ações Judiciais	430
10.5. Depósito do Montante Integral	431
Capítulo XI – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	435
COMO ESTUDAR EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	435
11. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	437
11.1. Pagamento.....	438
11.1.1. Efeitos da mora no pagamento.....	439
11.1.2. Imputação em pagamento	440
11.1.3. Pagamento indevido e restituição.....	441
11.2. Compensação.....	448
11.3. Transação	451
11.4. Remissão	452
11.5. Consignação em Pagamento.....	453
11.6. Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento.....	455
11.7. Conversão do Depósito em Renda.....	455
11.8. Decisão Administrativa Irreformável.....	456
11.9. Decisão Judicial Transitada em Julgado	456
11.10. Dação em Pagamento de Bens Imóveis	456
11.11. Decadência	458
11.12. Prescrição	463
Capítulo XII – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	467
COMO ESTUDAR ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	467
12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	467
12.1. Fiscalização.....	468
12.1.1. Poderes das autoridades administrativas	468
12.1.2. Deveres das autoridades administrativas.....	471
12.1.2.1. Termo de início da fiscalização	471
12.1.2.2. O dever de manter sigilo.....	472
12.1.2.2.1. Exceções ao sigilo fiscal.....	472
12.1.2.3. A permuta de informações sigilosas.....	475
12.2. Dívida ativa.....	476
12.3. Certidões negativas de débito	478

12.3.1. Certidões positivas com efeitos de negativas	479
12.3.2. Dispensa da apresentação de certidão negativa	479
12.3.3. Responsabilidade por expedição de certidão com erro	480
12.4. Meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas.....	480
Capítulo XIII GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	483
COMO ESTUDAR GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	483
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	484
13.1. Garantias do crédito tributário.....	484
13.1.1. A totalidade dos bens e rendas responde pelo crédito tributário.....	485
13.1.2. Presunção de fraude à execução fiscal.....	487
13.1.3. A indisponibilidade dos bens - art. 185-A	488
13.1.4. Prova de quitação dos tributos.....	489
13.2. Privilégios do crédito tributário.....	490
13.2.1. Regras relativas ao processo de falência	490
13.2.2. Regras relativas aos processos de inventário ou arrolamento e de liquidação judicial ou voluntária.....	492
13.2.3. Autonomia da execução fiscal.....	492
13.2.4. Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público	493

SEÇÃO II - IMPOSTOS EM ESPÉCIE

Capítulo XIV - IMPOSTOS FEDERAIS.....	499
COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS FEDERAIS.....	499
14. IMPOSTOS FEDERAIS.....	501
14.1. Imposto de importação.....	501
14.1.1. Fato gerador.....	502
14.1.2. Local de incidência	504
14.1.3. Momento de ocorrência do fato gerador.....	504
14.1.3.1. Despacho de Importação.....	505
14.1.4. Contribuintes.....	506
14.1.5. Alíquotas.....	506
14.1.6. Base de cálculo.....	507
14.1.7. Aspectos gerais.....	508
14.2. Imposto de exportação	508
14.2.1. Fato gerador.....	509
14.2.2. Local de incidência	509
14.2.3. Momento de ocorrência do fato gerador.....	510
14.2.4. Contribuintes.....	510

14.2.5. Alíquotas.....	510
14.2.6. Base de cálculo	511
14.3. Imposto de renda	511
14.3.1. Princípios específicos e aspectos gerais.....	511
14.3.2. Fato gerador	512
14.3.2.1 Imposto de Renda e as indenizações.....	513
14.3.2.2 Imposto de renda e os juros de mora	515
14.3.2.3 Imposto de renda e os valores depositados em conta bancária	516
14.3.2.4 Demais questões envolvendo incidência do imposto de renda.....	516
14.3.3. Local de incidência	519
14.3.4. Momento de ocorrência do fato gerador	519
14.3.5. Contribuintes	520
14.3.6. Alíquotas.....	521
14.3.7. Base de cálculo.....	522
14.3.7.1 Dependentes	522
14.3.8. Isenções	524
14.4. Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI.....	526
14.4.1. Princípios específicos e aspectos gerais.....	526
14.4.1.1. IPI e o princípio da seletividade.....	527
14.4.1.2. IPI e o princípio da não cumulatividade	527
14.4.1.2.1. Não cumulatividade e a sistemática de creditamento.....	529
14.4.1.3. Aspectos gerais do IPI	531
14.4.2. Fato gerador	532
14.4.3. Momento de ocorrência do fato gerador.....	532
14.4.4. Local de incidência	533
14.4.5. Contribuintes	534
14.4.6. Alíquotas.....	535
14.4.7. Base de cálculo.....	535
14.5. Imposto sobre operações financeiras.....	537
14.5.1. Fato gerador	537
14.5.2. Momento de ocorrência do fato gerador	539
14.5.3. Local de incidência	540
14.5.4. Contribuintes.....	540
14.5.5. Alíquotas.....	540
14.5.6. Base de cálculo.....	541
14.6. Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	542
14.6.1. Aspectos gerais.....	542
14.6.2. Fato gerador	544

14.6.3. Local de incidência	545
14.6.4. Momento de ocorrência do fato gerador.....	546
14.6.5. Sujeito ativo.....	547
14.6.6. Contribuintes.....	548
14.6.7. Alíquotas.....	548
14.6.8. Base de cálculo.....	548
14.6.9. Isenção dos imóveis rurais destinados à reforma agrária, ocupados por remanescentes de quilombolas e das pe- quenas glebas	549
14.7. Imposto Sobre Grandes Fortunas.....	550

Capítulo XV – IMPOSTOS ESTADUAIS..... 551

COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS ESTADUAIS	551
15. IMPOSTOS ESTADUAIS	553
15.1. ICMS	553
15.1.1. Características Gerais.....	553
15.1.2. Classificação	555
15.1.3. Aspecto Material	556
15.1.3.1. Operações relativas à circulação de mercadorias....	557
15.1.3.1.1. Conceito de mercadoria.....	557
15.1.3.1.2. Circulação de mercadorias	560
15.1.3.2. ICMS e operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	561
15.1.3.2.1. <i>Leasing</i> operacional, <i>lease back</i> e <i>leasing</i> financeiro	563
15.1.3.2.2. <i>Leasing</i> internacional	564
15.1.3.3. ICMS e operações de comodato	566
15.1.3.4. ICMS e as operações societárias.....	566
15.1.3.5. A tributação conjunta de mercadorias e serviços..	567
15.1.3.6. ICMS e energia elétrica.....	572
15.1.3.6.1. Tarifa de Uso do Sistema de Distribui- ção – TUSD.....	573
15.1.3.6.2. Cobrança sobre demanda contratada.....	576
15.1.3.7. A tributação dos serviços de transporte.....	577
15.1.3.8. A tributação dos serviços de comunicação.....	579
15.1.3.8.1. Operações onerosas	580
15.1.3.8.2. Provedores de internet	580
15.1.3.8.3. Serviço de habilitação de telefone celular e tarifa de assinatura básica mensal de telefonia	581
15.1.3.8.4. Local de incidência.....	584
15.1.3.8.5. Inadimplemento do consumidor final..	585

15.1.4. Aspecto Espacial.....	586
15.1.4.1. ICMS nas operações interestaduais	590
15.1.4.1.1. Regra de transição	592
15.1.4.1.2. A obrigatoriedade de edição de lei complementar para cobrança do diferencial de alíquota.....	592
15.1.4.1.3. Estabelecimento das alíquotas interestaduais.....	596
15.1.4.2. ICMS nas importações.....	596
15.1.5. Aspecto Temporal	599
15.1.5.1. Saída de mercadoria para outro estabelecimento do mesmo titular.....	602
15.1.6. Aspecto Quantitativo - Alíquota.....	603
15.1.6.1. Seletividade.....	606
15.1.6.2. Não cumulatividade	606
15.1.6.2.1. Operações isentas e não tributadas....	607
15.1.6.2.2. Regime de conta gráfica.....	610
15.1.6.2.3. Aquisição de produtos intermediários, bens de conveniência e destinados ao ativo fixo do estabelecimento.....	611
15.1.6.2.4. Correção monetária	615
15.1.6.2.5. Cumulatividade e os serviços de comunicação e de transporte.....	616
15.1.6.2.6. Devedor contumaz e adquirente de boa-fé.....	616
15.1.7. Aspecto Quantitativo - Base de Cálculo.....	619
15.1.7.1. Imposto “por dentro”.....	619
15.1.7.2. Outros valores que integram a base de cálculo ..	620
15.1.7.3. Exclusão do IPI da base de cálculo.....	623
15.1.7.4. Regime de pauta fiscal	623
15.1.8. Aspecto Pessoal.....	626
15.1.8.1. Sujeito passivo do ICMS.....	626
15.1.8.2. Sujeito ativo do ICMS.....	628
15.1.9. Aspectos Relevantes Além da Regra Matriz de Incidência....	629
15.1.9.1. Lançamento	629
15.1.9.2. Concessão de benefícios fiscais de ICMS.....	629
15.1.9.3. Restituição do ICMS cobrado indevidamente.....	636
15.1.9.4. Substituição tributária	637
15.1.9.4.1. Criminalização do ICMS declarado e não pago.....	641
15.1.9.5. Imunidades em relação ao ICMS.....	642
15.1.9.5.1. Imunidade sobre a exportação de mercadorias ao exterior	642

15.1.9.5.2.	Imunidade nas operações interestaduais com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos deles derivados e energia elétrica	643
15.1.9.5.2.1.	ICMS monofásico sobre combustíveis e lubrificantes.....	645
15.1.9.5.3.	Imunidade das operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial	648
15.1.9.5.4.	Imunidade nas prestações de serviços de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita	648
15.1.9.5.5.	Imunidades genéricas aplicadas ao ICMS.....	648
15.2.	Imposto Sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD	651
15.2.1.	Aspecto Quantitativo – Alíquotas.....	652
15.2.2.	Aspecto Espacial.....	654
15.2.3.	Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo	654
15.2.4.	Aspecto Material	657
15.2.4.1.	Doação.....	657
15.2.4.2.	Renúncia à herança	658
15.2.4.3.	Partilha desproporcional de bens.....	658
15.2.4.4.	Fideicomisso	659
15.2.5.	Aspecto Temporal	659
15.2.6.	Regime de Recolhimento.....	661
15.2.6.1.	Momento do recolhimento do ITCMD no processo de inventário	662
15.2.7.	Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo.....	664
15.2.8.	Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo	665
15.2.9.	Lançamento.....	666
15.2.9.1.	Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nos processos de inventário.....	666
15.2.9.2.	Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nas doações.....	667
15.3.	IPVA.....	667
15.3.1.	IPVA e a Imunidade Recíproca	668
15.3.2.	Aspecto Quantitativo – Alíquotas.....	670
15.3.3.	Aspecto Material	671
15.3.3.1.	IPVA e as embarcações e aeronaves	672
15.3.4.	Aspecto Temporal	673
15.3.5.	Aspecto Espacial.....	673

15.3.6	Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo.....	673
15.3.7	Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo	674
15.3.8	Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo	674
15.3.8.1	<i>Leasing</i> ou arrendamento mercantil.....	674
15.3.8.2	Responsabilidade do antigo proprietário em relação ao IPVA.....	675
15.3.9	Lançamento	676
15.3.9.1	Notificação do lançamento e prazo prescricional ..	677

Capítulo XVI – IMPOSTOS MUNICIPAIS..... 679

COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	679
16. IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	680
16.1. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou ISSQN ...	680
16.1.1. Características gerais do imposto	680
16.1.2. Fato gerador do ISS (aspecto material)	682
16.1.2.1. Exportação de serviços	687
16.1.2.2. Operações mistas: ISS x ICMS	688
16.1.2.3. Serviços bancários	689
16.1.2.4. Contrato de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	689
16.1.2.5. Contrato de franquia	690
16.1.2.6. Planos de saúde e seguro-saúde.....	692
16.1.2.7. Construção civil.....	694
16.1.2.8. Serviço de transporte municipal	697
16.1.2.9. Serviço de licenciamento ou cessão de direitos sobre <i>softwares</i>	698
16.1.3. Imunidades	699
16.1.4. Local da incidência tributária (aspecto espacial).....	702
16.1.4.1. Alterações promovidas pela Lei Com- plementar nº 175/2020 no ISS.....	706
16.1.5. Sujeitos da relação jurídico-tributária no ISS (aspecto subjetivo ou pessoal).....	708
16.1.5.1. Sujeito ativo.....	708
16.1.5.2. Contribuinte.....	708
16.1.6. Base de cálculo.....	713
16.1.7. Alíquota.....	715
16.1.7.1. ISS-Fixo	717
16.1.8. Regime de restituição	718
16.1.9. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	718
16.1.10 Lançamento	719
16.2. Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.....	721
16.2.1. Fato gerador (aspecto material).....	721

16.2.2. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	726
16.2.3. Local de incidência (aspecto espacial)	726
16.2.3.1. Imóveis com destinação rural localizados em zona urbana.....	728
16.2.4. Sujeito ativo.....	729
16.2.5. Contribuintes.....	729
16.2.6. Desapropriação, usucapião e IPTU.....	730
16.2.7. Loteamentos irregulares e o IPTU.....	732
16.2.8. Imunidades e IPTU	733
16.2.9. Base de cálculo.....	736
16.2.10 Alíquotas.....	737
16.2.11 Lançamento.....	740
16.3. ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis	741
16.3.1. Imunidades e o ITBI.....	742
16.3.2. Aspecto material.....	745
16.3.3. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal)	750
16.3.4. Local de incidência (aspecto espacial)	752
16.3.5. Sujeito ativo.....	752
16.3.6. Sujeito passivo (contribuinte)	752
16.3.7. Base de cálculo.....	752
16.3.8. Alíquota.....	756

Capítulo XVII – REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....757

COMO ESTUDAR REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	757
17. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	758
17.1. Introdução.....	758
17.2. Repartição direta e indireta.....	759
17.3. Tributos sujeitos e não sujeitos à repartição.....	759
17.4. Repartição direta.....	761
17.4.1. Repartição do IR com Estados e DF	761
17.4.2. Repartição do IR com Municípios.....	761
17.4.3. Repartição do IOF-Ouro com DF, Estados e Municípios....	762
17.4.4. Repartição do ITR com Municípios	762
17.4.5. Repartição do IPVA com os municípios	763
17.4.6. Repartição do ICMS com os municípios	763
17.4.7. Repartição dos impostos residuais com os Estados e o DF	765
17.5. Repartição indireta.....	765

17.5.1. Fundo de participação dos Estados, Fundo de participação dos Municípios e Fundo de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.....	765
17.5.2. Compensação à desoneração das exportações.....	767

Capítulo XVIII – SIMPLES NACIONAL..... 769

COMO ESTUDAR O SIMPLES NACIONAL.....	769
18. SIMPLES NACIONAL	771
18.1. Noções gerais.....	771
18.2. Definição de ME e EPP.....	772
18.3. Receitas de exportação.....	775
18.4. Os sublimites e as condições diferenciados por estado, DF ou município.....	775
18.5. Vedações à opção	777
18.5.1. Vedação plena.....	777
18.5.2. Vedação parcial.....	779
18.5.3. Permissão expressa para opção	783
18.6. Opção pelo Simples.....	786
18.7. Exclusão do Simples	786
18.8. Tributos abrangidos pelo Simples.....	788
18.9. Tributos não abrangidos pelo Simples Nacional.....	790
18.10. Substituição Tributária e Tributação Monofásica.....	791
18.11. ICMS e ISS com valor fixo para as microempresas.....	794
18.12. Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução de PIS, COFINS e ICMS para produtos da cesta básica.....	794
18.13. Redução de alíquotas na aquisição de bens para o ativo imobilizado	794
18.14. Faixas de incidência e parcelas de cada tributo.....	795
18.15. Não cumulatividade	797
18.16. Regime de competência e regime de caixa.....	798

SEÇÃO III – PROCESSO TRIBUTÁRIO

Capítulo XIX – EXECUÇÃO FISCAL..... 801

COMO ESTUDAR A EXECUÇÃO FISCAL	801
19. EXECUÇÃO FISCAL	801
19.1. Aplicabilidade da lei de execuções fiscais.....	803
19.2. Dívida ativa.....	805
19.2.1. Conceito.....	805
19.2.2. Inscrição em Dívida Ativa	808
19.2.3. Classificação.....	813
19.2.3.1. Dívida Ativa não tributária – Tribunal de Contas...	814

Capítulo XX - AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	889
COMO ESTUDAR AS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	889
20. AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	891
20.1. Medida cautelar fiscal.....	891
20.1.1. Conceito e Objetivos	891
20.1.2. Competência.....	891
20.1.3. Hipóteses de Cabimento.....	892
20.1.4. Procedimento	893
20.2. Ação Declaratória	897
20.3. Ação Anulatória de Débito Fiscal.....	899
20.4. Mandado de Segurança	902
20.5. Ação de Repetição de Indébito Tributário.....	908
20.6. Ação de Consignação em pagamento.....	910
20.7. Ação Rescisória	912